

A farra dos cachês na gestão Agnelo Queiroz

» MATHEUS TEIXEIRA
» ISA STACCIARINI

Resultado de uma auditoria concluída pela Controladoria-Geral do DF aponta uma série de irregularidades em contratos para a realização de eventos musicais. Entre 2011 e 2013, período analisado no relatório, verificou-se uma farra de cachês. Do total de R\$ 221 milhões empenhados no pagamento de shows, foram constatados problemas em pelo menos 456 contratos, que totalizam R\$ 32,8 milhões. São pagamentos superfaturados, contratação via empresa inexistente e direcionamento de projeto de convocação.

O relatório será encaminhado ao Tribunal de Contas do DF, à Polícia Civil e ao Ministério Público do DF e Territórios para que tomem as devidas providências. Como é um órgão do GDF, a controladoria tem competência apenas para punições na instância administrativa — e assim deve agir nos próximos dias, com abertura de sindicâncias internas e convocação de funcionários públicos para prestar esclarecimentos. O principal financiador dos shows foi a Secretaria de Cultura, que fez 60% das contratações. As administrações regionais responderam por 16% dos negócios e o restante veio pelas demais pastas do governo.

Nomes de expressão nacional são citados no levantamento, que aponta grandes variações nos valores dos cachês. O sambista Arlindo Cruz, por exemplo, foi contratado, em março de 2011, por R\$ 84 mil e, em dezembro, por R\$ 215 mil. A Day 1 Entertainment, que representa o artista, limitou-se a dizer que não tem conhecimento do caso. Alceu Valença apresentou-se por R\$ 40 mil em setembro de 2011, mas, no mês anterior, consta do Portal da Transparência um cachê de R\$ 90 mil para ele.

Em 2011, o rapper Gog foi chamado pela Secretaria de Cultura para cinco shows. Quatro deles custaram, em média, R\$ 15 mil, enquanto a outra apresentação saiu por R\$ 100 mil. Em entrevista ao *Correio*, o cantor diz que nunca recebeu cachê neste valor. Segundo ele, o que pode ter ocorrido é terem incluído na mesma nota pagamentos como estrutura e pessoal. Estranho, segundo a controladoria, também é o valor pago à banda do DF Tropa de Elite, que recebia cerca de R\$ 12 mil por espetáculo, e ganhou R\$ 300 mil por um show em 9 de setembro de 2011.

Outros grupos nacionais se enquadram no que o órgão de fiscalização verificou como “pro-

A assessoria do rapper brasileiro Gog negou ter recebido o cachê que aparece na prestação de contas de evento

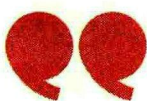
Valério Ayres/CB/D.A Press - 21/8/09



Antonio Cunha/Esp. CB/D.A Press - 31/12/11



Relatório aponta diferença grande no custo de show de Arlindo Cruz: nem todos os artistas receberam o cachê anunciado



Nem em um país europeu, com burocracia mínima, um evento é feito de um dia para o outro. Não encontrei justificativa legal para manter a apuração sob sigilo”

Djacyr Arruda, controlador-geral do DF

Ruído na prestação de contas

Confira as diferenças de valores na contratação de shows de um mesmo artista e outras supostas irregularidades na área

Artista	Valor do cachê em contratações públicas (segundo o Portal da Transparência)	Valor do cachê no mercado privado	Local de apresentação no setor privado
Banda Balalaica	R\$ 8 mil a R\$ 15 mil	R\$ 2,5 mil a R\$ 5 mil	Poizé bar
Cleber e Cauan	R\$ 20 mil a R\$ 30 mil	R\$ 10 mil	Planeta Country
Bonni e Belluco	R\$ 15 mil a R\$ 35 mil	R\$ 4 mil a R\$ 6 mil	Planeta Country e Capella Lounge Bar
Jhonny e Rahony	R\$ 15 mil a R\$ 35 mil	R\$ 4 mil a R\$ 6 mil	Planeta Country e Capella Lounge Bar
Banda Di Propósito	R\$ 8 mil a R\$ 20 mil	R\$ 1 mil a R\$ 1,5 mil	Planeta Country e Capella Lounge Bar
Pedro Paulo e Mateus	R\$ 45 mil a R\$ 55 mil	R\$ 8 mil a R\$ 12 mil	Planeta Country e Capella Lounge Bar
Banda Enconsta Neu	R\$ 10 mil a R\$ 25 mil	R\$ 1,5 mil a R\$ 2,5 mil	Poizé Bar



VARIAÇÃO DE CACHÊ

Significativas variações de cachês pagos pela administração pública ao mesmo artista. A banda de rap Tropa de Elite, por exemplo, foi contratada seis vezes pela Secretaria de Cultura em 2011. Em cinco dos shows, eles ganharam, em média, R\$ 15 mil. Para outra apresentação, no entanto, receberam R\$ 300 mil. O sambista Arlindo Cruz fez dois espetáculos no mesmo ano, um por R\$ 84 mil, outro por R\$ 215 mil.



CONTRATAÇÃO DIRECIONADA

Projeto básico direcionado para contratação de artista específico. Como a maioria das escolhas dispensa licitação, com o argumento de que o valor de um músico é imensurável, são estabelecidos critérios e, quem atendê-los melhor, vence a concorrência. Nesses casos, contudo, houve um direcionamento para atender a um cantor específico.



AUSÊNCIA DE PLANEJAMENTO

A controladoria identificou ausência de planejamento na contratação dos shows. Em quase todos os casos analisados, o prazo entre a execução e a realização do evento foi de, no máximo, seis dias corridos. Para fazer a Festa do Padroeiro de Taguatinga, em 2013, por exemplo, o GDF iniciou os trabalhos em 18 de abril, e a comemoração ocorreu no dia seguinte. Também houve show que, apesar de ter sido realizado em instituição pública, atendeu a somente uma categoria de servidor, como a inauguração do campo de futebol do complexo esportivo do 4º Batalhão da PM, que recebeu R\$ 4 mil dos cofres públicos.



DUPLICIDADE DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO

Uma condição básica para contratar sem licitação, segundo a legislação brasileira, é que a negociação seja feita diretamente com o artista ou por meio de empresário exclusivo. O levantamento, porém, identificou uma série de artistas convocados com duplicidade de empresário exclusivo. Outras contratações foram feitas via empresas que nem sequer existem no endereço informado.



SISTEMA FRÁGIL

Em agosto de 2013, foi anunciada pelo GDF a criação do Sistema de Cadastro de Artistas (Siscult), justamente para dar mais transparência aos contratos. O Siscult, entretanto, apresenta diversas falhas, como a fragilidade na verificação de idoneidade das documentações apresentadas no cadastramento, o correio eletrônico para comunicação com os usuários é de empresa privada e o controle de rodízio de artistas é operado manualmente, entre outros.

jeto básico direcionado para contratação de artista específico”. Isso quer dizer que, como a maioria das escolhas dos cantores era feita via dispensa de licitação, para ser contratado, o músico tinha de atender a diversos critérios, que eram, supostamente, combinados de forma prévia. Nesse caso, há referências a bandas como Fundo de Quintal e Calypso.

Para o Estado não exigir a licitação, é necessário seguir a legislação. Nela, está claro que a contratação de artista só pode ser feita em negociação direta com a pessoa ou com um empresário exclusivo. A controladoria, porém, encontrou cantores com duplicidade de empresários. Outro problema passa pelas contratações feitas por intermédio de empresas que não existem no endereço físico informado no contrato.

Até mesmo a burocracia, tão comum na máquina pública, foi vencida. A Festa do Padroeiro de Taguatinga de 2013 iniciou o processo para realização do evento em 18 de abril, e ocorreu no dia seguinte. A Festa Julina da Paróquia São João Archanjo começou a ser organizada em 10 de julho de 2014 e comemorada no dia 14 do mesmo mês. O levantamento refere-se apenas aos cachês pagos aos músicos. Na produção do evento também podem ter havido irregularidades.

Para o controlador-geral do DF Djacyr Arruda, os fatos revelam um “total desprezo com o dinheiro público”. Ele compara Brasília à Suécia a fim de comprovar as irregularidades. “Nem em um país europeu, com burocracia mínima, um evento é feito de um dia para o outro”, afirma. A auditoria vinha sendo feita em sigilo pela própria gestão Agnelo, mas Arruda preferiu tornar público o relatório. “Não encontrei justificativa legal para manter a apuração sob sigilo”, explica.

Desconhecimento

O secretário de Cultura entre 2011 e 2013, Hamilton Pereira, afirmou que só falaria a respeito com o relatório em mãos. A maioria dos cantores negou o recebimento de cachês acima dos valores geralmente cobrados ou o envolvimento em alguma irregularidade. A explicação das assessorias dos cantores é de que, entre o Estado e o artista, há um intermediário. A maioria dos contratos é feita com a empresa responsável por negociar a apresentação em nome do artista. Portanto, os cantores não necessariamente embolsaram o valor total. Alguns negam ter recebido valores tão altos, como DJ Jamaica e Gog.



Roriz passa por cateterismo

O ex-governador Joaquim Roriz (PRTB), 78 anos, foi submetido a um cateterismo, na última quarta-feira, no Instituto de Cardiologia do Distrito Federal. O exame é feito para confirmar a existência de obstruções nas artérias coronárias. Em caso da presença de bloqueios, o próprio procedimento, feito por meio de cateteres introduzidos nos vasos de braços ou pernas, serve para retirá-los. Segundo informações da família, o estado de saúde é regular, tanto que ele recebeu alta médica ontem e já estava na re-

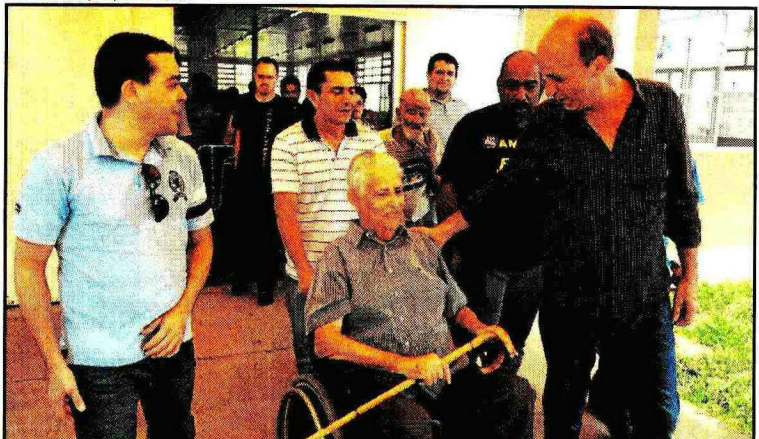
sidência do Park Way.

Esse não é o primeiro cateterismo ao qual o ex-governador é submetido. Em março de 2011, o exame constatou a necessidade de implantação de stents nas artérias coronárias — tratam-se de pequenos equipamentos metálicos usados para regularizar o fluxo de sangue em vasos obstruídos. No ano passado, chegou a se cogitar a possibilidade de Roriz passar por um transplante de rins, cuja doadora seria uma das filhas, a ex-deputada federal Jaqueline (PMN). Mas a hipótese foi descartada. Ele é

doente renal crônico.

Em 13 de setembro do ano passado, Roriz fez uma das últimas aparições públicas. Ele foi ao evento em que o também ex-governador José Roberto Arruda (PR) anunciou a desistência da candidatura ao Palácio do Buriti. Considerado ficha suja, o então candidato tinha sofrido várias derrotas na Justiça. A presença rorizista serviu para tentar dar densidade ao anúncio do nome do ex-deputado federal Jofran Frejat (PR) em substituição a Arruda. Roriz chegou a discursar e foi muito aplaudido.

Bruno Peres/CB/D.A Press



O ex-governador participou em vários momentos da última campanha para governador